



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 18 DE MAIO DE 2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Bom dia, senhoras e senhores. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da nona audiência pública do ano de 2022. Informo que esta reunião está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios On-line Virtual.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* diariamente desde o dia 4/05/2022. Inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal. Faremos também as também as inscrições presenciais, à nossa esquerda.

Suspenderei a reunião por alguns minutos para que possamos estabelecer a ordem de chamamento das pessoas e dos que comporão a Mesa conosco.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Convido, para compor a Mesa, as Sras.: Daniella Lucas Richards, representando o Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Marcos Duque Gadelho; e Patrícia Vieira Costa, Diretora Geral do Departamento de Uso Ocupação do Solo, representando o Secretário Municipal de Subprefeituras, Alexandre Modonezi.

O tema da presente audiência pública são as *Dark Kitchens*, os chamados os galpões e/ou edificações que reúnem dezenas de cozinhas que só atendem de forma *delivery* e se expandiram com demanda na pandemia em bairros residenciais, conforme requerimento 11/2022 de autoria do vereador Rodrigo Goulart aprovado na reunião ordinária em 13/04/2022 na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

A partir de agora, chamaremos os participantes da audiência pública. As inscrições ficarão abertas até o final da fala das duas representantes do Executivo. Então, quem quiser se escrever, por favor, faça-o agora. Depois da fala das representantes, passaremos a palavra para vocês e alternaremos alternar entre vocês e os Vereadores que estiverem presentes para fazer uso da palavra, presencialmente ou *on-line*; e também ao público que nos acompanha virtualmente, para que possamos tornar a participação a mais democrática possível.

O Vereador Rodrigo Goulart está presente virtualmente

A partir desta audiência pública, chegando à Câmara Municipal um projeto de lei, iremos fazer mais duas audiências públicas pelo fato de esse tema mexer com zoneamento e também com Código de Obras. Esta audiência pública prévia é uma consulta, não conta entre o número de duas audiências públicas que faremos depois. Esse assunto tem que ser exaustivamente tratado, e com a responsabilidade e a maior participação possível de todos vocês.

Vereador Goulart, V.Exa. gostaria de falar? (Pausa) Ouviremos o Vereador Goulart assim que ele fizer contato. (Pausa)

O SR. AURÉLIO NOMURA – Presidente, registro minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Agradeço também a presença do Vereador Antonio Goulart, pai do Vereador Rodrigo Goulart, que participa desta audiência pública em função de sua proximidade com o tema hoje tratado. Também está presente a Vereadora Cris Monteiro e a Vereadora Ely Teruel. À medida que os membros forem chegando, serão anunciados.

Daremos início às falas, e eu me incluo entre os que falarão depois. As duas Secretarias que estão hoje representadas serão responsáveis, conosco, pela elaboração desse projeto, pois a atividade afeta a ambas as Secretarias por conta do uso e ocupação do solo e por conta da emissão dos alvarás de funcionamento. Portanto, as duas Secretarias são chave para esse assunto.

Passo a palavra, em primeiro lugar, para a Sra. Daniella Lucas Richards, que representa, nesta audiência, o Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento. No caso do Executivo, temos dado um prazo de fala de até 20 minutos para a explanação, para que possamos ouvir mais vocês do que propriamente falarmos.

A SRA. DANIELLA LUCAS RICHARDS – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, na figura do Vereador Paulo Frange, e os colegas presentes. Agradeço a oportunidade de nós estarmos nesta tão importante audiência pública para discutir um tema novo, que requer

realmente uma regulamentação específica. Ao longo da discussão, vamos participar com o que já temos pensado a respeito. A Prefeitura também já está considerando essa atividade; então, estou aqui hoje para contribuir no que vocês colocarem, no que for proposto.

Sou Coordenadora do Departamento de Uso e Ocupação do Solo da Secretaria Municipal de Licenciamento – SMUL. Estou representando o Secretário de Licenciamento, Marcos Gadelho. O Departamento de Uso do Solo é o responsável pela regulamentação da legislação relacionada ao Plano Diretor, inclusive a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Então, o tema afeta o nosso departamento. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Daniella. Com a palavra, Patrícia Vieira, representante do Secretário Modonezi.

A SRA. PATRICIA VIEIRA COSTA – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa. Meu nome é Patrícia Vieira Costa, sou Diretora Geral do Departamento de Uso e Ocupação do Solo, da Secretaria de Subprefeituras. Represento o Secretário Alexandre Modonezi nesta audiência pública. Realmente, essa é uma tratativa a que nós já estamos atentos, que está em estudo, porque é uma atividade nova, está no nosso radar para que possamos regulamentar, acolhendo as propostas e a participação de vocês, o que é muito importante. Estamos aqui também à disposição para dar continuidade a esses estudos e poder regulamentar.

A parte que compete às Subprefeituras é a parte posterior à Secretaria de Licenciamento. Lidamos com a parte de licenciamento, com o Auto de Licença de Funcionamento e com fiscalização. Então, é um entendimento multidisciplinar, mas a nossa matéria compete ao licenciamento e à fiscalização. Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Precisamos trabalhar esse assunto primeiro do ponto de vista conceitual, o que é “*dark kitchen*”, assim como todas as outras atividades que são muito parecidas e que têm nomes diferentes, mas que praticamente são o mesmo modelo: uma atividade condominial, um centro de empreendedores. Nós precisamos identificar e ver como vamos escolher e encontrar o uso não residencial mais adequado, para que possa contemplar a atividade no zoneamento.

Há atividade que parece que se encaixa bem, mas não se encaixa no zoneamento. Aí começa a haver uma lista de que não pode, não pode, não pode. Aí fica restrito a alguns espaços. Nós precisamos tratar dos questionamentos mais difíceis, que são aqueles que vieram dos reclamantes, do impacto socioambiental e do uso residencial, que causa impacto ambiental, ruído, poluição de gases, exposição de compostos, que são micropartículas, algumas até cancerígenas, vizinhança chamada incompatível, atividade potencialmente poluidora, mitigações e mecanismos de fiscalização. Enfim, é um tema bastante extenso.

Portanto, nós vamos tratar desse assunto à luz da Lei de Zoneamento e seguramente o Código de Obras e da Fiscalização. Não é um tema tão fácil. Por isso que nós estamos aqui hoje para ouvi-los. Nós queremos ouvir o máximo dos segmentos. Nós não temos, como Executivo e nem como Legislativo, uma receita pronta para lhes oferecer, dizendo: “Olha, esse é o projeto.” Seria arrogância demais nossa.

Eu vou dar um simples exemplo que foi colocado ontem, porque veio: “Ah, eu permito a instalação desses espaços, das *dark kitchens*; e, na velocidade em que as coisas estão acontecendo, esse é um assunto que, com certeza, não voltará mais atrás. Vai evoluir não só para cozinha, mas para outras atividades também. Daqui a pouco, nós não vamos estar mais falando da moto. Nós estaremos falando dos drones, que vão fazer as entregas. Já acontece isso até na indústria farmacêutica e, na nossa área de Saúde, no trabalho de transplante. Já há órgãos sendo transferidos de um ponto para outro, em drones, no mundo todo. Isso vai chegar; e nós não podemos deixar uma legislação agora aprovada aqui com travas tão apertadas que, daqui a pouco, nós vamos ter que chamar todos os senhores aqui para discutir um assunto que não pensamos bem. Daí a importância do assunto.

Teremos uma lei sim. Não teremos é pressa de aprová-la e deixar lacunas, para depois ficar discutindo no Judiciário. Não nos interessada nada que possa ser judicializado.

Eu vou passar a palavras para os presentes que estão inscritos.

Primeiro indago à nobre Vereadora Cris Monteiro se deseja iniciar falando.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Sr. Presidente. Bom dia a todos. É um

prazer tê-los aqui conosco. Eu reservo a minha palavra para o final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – OK. Os Vereadores da Comissão de Política Urbana que estão, *on-line*, gostariam de falar agora ou aguardam mais um pouco?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, eu vou aguardar ao final.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – OK.

O SR. RODRIGO GOULART – Sr. Presidente, eu falo presencialmente aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – OK. Obrigado, nobre Vereador.

Tem a palavra a Sra. Lucila Lacrete, do Movimento Defenda São Paulo.

A SRA. LUCILA LACRETA - Muito bom dia à Mesa, muito bom dia a todos. Realmente essa atividade tem um nome novo, mas ela é antiga, porque é uma atividade, no nosso ponto de vista, industrial. Vamos fazer um paralelo. O Sr. Presidente da mesa muito bem disse que essa atividade é condominial. Fazendo paralelo com a indústria Nestlé, por exemplo, ela tem um setor de achocolatado, um setor de comida para crianças, um setor de *pizzas*, enfim, uma série de setores que funcionam com um condomínio. São atividades de produção de alimentos em escala industrial, que geram impacto significativo, pelo vai e vem do fornecimento dos alimentos a serem processados, pela produção desses alimentos 24 horas por dia e sete dias por semana, de forma extremamente impactante, em escala industrial. A única coisa que difere, digamos da Nestlé, é que a Nestlé tem seus caminhões que vão distribuir os seus alimentos para o Brasil inteiro, e ali o motoboy vai pegar aquela encomenda específica, gerando muito mais tráfego do que uma indústria como a Nestlé, por incrível que pareça.

E, no nosso ponto de vista, essa atividade é totalmente incompatível com o uso residencial, quer uma residência familiar, quer um condomínio vertical, quer uma vila. A atividade industrial não se coaduna com as várias regiões e os vários zoneamentos na Cidade.

Na minha opinião, ela é classificada como indústria Ind-2-1, indústria de fabricação de produtos alimentícios e bebidas, estabelecimentos destinados à preparação de alimentos, conservas, produtos de cereais, bebidas entre outros. Inclusive, ela deveria estar submetida à

questão da Vigilância Sanitária, porque, pela quantidade de alimentos que chegam, que têm que ser estocados, acondicionados, produzidos e entregues, é uma atividade que requer grande presença da Vigilância Sanitária.

Em termos de zoneamento, todas as zonas de uso onde o uso industrial 2, Ind-2, não é permitido, como 01-Zona Exclusivamente Residencial, corredores residenciais, zonas predominantemente industriais, zonas mistas, ZEUs, Zona Especial de Urbanização, todos esses zoneamentos onde o uso residencial é permitido, deveria ser proibido.

Inclusive, no nosso ponto de vista, deveria estar na ZDE, Zona de Desenvolvimento Econômico, e na ZPI, Zona Predominantemente Industrial. Nessas zonas sim poderiam existir.

Inclusive, imaginem, como V.Exa. bem colocou, no futuro, a questão do transporte por drones, com dezenas ou centenas de cozinhas *dark kitchens* que já existem no nosso município, operando drones para cima e para baixo, distribuindo para a Cidade inteira.

Em que pese ser condominial, essa atividade nada difere de departamentos de uma grande indústria alimentícia. Ela tem que estar no local adequado, com vias largas, para que possa atender não só à questão do vai e vem dos motoboys, porque é preciso haver um espaço para essas motos ficarem, como para os motoqueiros se instalarem.

Então, minha proposta é que seja uma atividade Ind-2, permitida somente nas ZPIs e ZDEs.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Renata Esteves, arquiteta, também do Movimento Defenda São Paulo.

A SRA. RENATA ESTEVES – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, eu sou advogada. Então, os advogados gostam de trazer aqui a legislação e uma visão sobre tudo muito especial, começando pela Constituição Federal. E é isso que eu pretendo fazer rapidamente. Quanto a essa questão das *dark kitchens*, parece-me que não ultrapassa o preâmbulo da Constituição Federal, que diz que nós, representantes do

povo brasileiro, reunimo-nos na Assembleia Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar, entre outras coisas, o bem-estar; e o bem-estar é exatamente o que se busca, tanto quando se faz o uso e o parcelamento do solo quanto em qualquer atividade que se pretenda colocar na cidade de São Paulo ou em qualquer cidade.

Aí eu chamo atenção para o artigo 23 da Constituição Federal, que diz que é competência comum, inclusive dos municípios, zelar pela guarda da Constituição. Então, os municípios estão obrigados a zelar pela Constituição e, portanto, zelar pelo bem-estar da população.

O artigo 1º da Lei do Zoneamento diz que o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo vai ser disciplinado de acordo com a Lei 16.050/2014, que é o Plano Diretor, e, no Plano Diretor, logo nos seus primeiros artigos, quando ele traz os seus princípios, diretrizes e objetivos, é bem importante considerar que o primeiro princípio do Plano Diretor é a função social da Cidade. E o que ele define como função social da Cidade? Ele diz que a função social da Cidade compreende o atendimento das necessidades dos cidadãos, em primeiro lugar, quanto à qualidade de vida e, em seguida, diz que é para promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

Por que isso é importante? Porque o objetivo dessa audiência de todos nós é resolver se as *dark kitchens* cumprem com esses objetivos na forma em que estão pretendendo ocupar a Cidade.

E aí, no artigo 6º do próprio Plano Diretor, é dito que a política de desenvolvimento econômico e o Plano Diretor se orientam pelas seguintes diretrizes: planejamento da distribuição espacial da população e das atividades econômicas, de modo a corrigir as distorções do crescimento urbano e os seus efeitos negativos sobre o meio ambiente e a qualidade de vida.

Então, dando sequência ao que a Sra. Lucila disse, parece-me que é importante que se discipline que as *dark kitchens*, pelo alto nível de incomodidade que o Vereador já mencionou, no início, que elas causam, elas podem funcionar na cidade de São Paulo?

Podem, mas em áreas em que elas obedeçam estritamente o que já se propôs ou que já há de diretrizes na legislação, sobretudo para não criar nenhum problema ambiental e promover o bem-estar da população, porque esse é o objetivo da lei e da Constituição.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigada.

Tem a palavra o Sr. Marcus Rosier, morador da Vila Romana.

O SR. MARCUS ROSIER – Bom dia. Vou dar aqui um dos muitos relatos que nós vamos ter aqui de moradores já impactados por esse problema. A Vila Romana teve o azar ou a sorte de ter o marco zero das *dark kitchens*, de fato, em operação. Então, nós estamos convivendo com a *dark kitchen* como nossa vizinha em funcionamento desde maio de 2020 em plena pandemia, quando estávamos e ainda estamos em *home-office*, tendo que conviver com isso diariamente. A gente sofreu. Na verdade, basicamente escrevemos a cartilha de todos esses problemas ambientais. Há presentes aqui que ainda não têm uma *dark kitchen* como vizinha. Nós temos e temos o conhecimento de causa dos impactos reais que existem.

Então, nós sofremos com os ruídos, inclusive quando inauguraram, na época, muito acima do permitido legal, do PSIU; mas hoje, mesmo estando abaixo dos 50 decibéis, menos 50 decibéis, mas é um barulho constante, ou seja, é um ruído contínuo da hora de início de funcionamento, às nove, às dez da manhã, até o fim da operação, então, três ou quatro horas da madrugada. Então, esse barulho é contínuo. Esse barulho não tem frescor. Não há uma pausa. É diferente de uma moto passando, é diferente do latido do cachorro. Esse é um barulho que fica. É semelhante quando se sente ao estar num avião, num navio, quando há aquele barulho que não vai embora. Esse barulho é o que a gente convive há dois anos.

Além disso, há a questão do cheiro. O cheiro está presente diariamente nas nossas casas. É mais predominante na hora do almoço e na hora do jantar; mas, a qualquer momento em que alguém vai fazer com um motor mais forte - as máquinas estão ligadas o tempo todo - esse odor é sentido nas nossas residências, e a gordura subsequente também vem. A gente não consegue estender roupa. A roupa fica engordurada. A gente tem que encontrar

alternativas para conseguir fazer uma coisa tão básica, que é lavar roupa. Ficar com a sua roupa sentindo cheiro de gordura é dose.

A gente tem também esse problema, que vai ser relatado aqui. Acho que outros exemplos vão ser dados, como o fluxo do trânsito. São caminhões descarregando. Eu estou falando isso de experiência, de ter vivido isso na prática nos últimos dois anos. No nosso entorno, nós temos uma rua em que há uma faixa de ônibus. Os pedestres acabam tendo que passar pela faixa de ônibus, porque a calçada está tomada de motos, está tomada de caminhões.

Nós não somos contra o modelo de negócios. Na verdade, eu sou um administrador de empresas. Eu acho um conceito brilhante, mas ele tem que estar adequado, ele tem que estar localizado.

Concordo com o que foi dito, que o zoneamento hoje está errado. De onde está, ele é uma indústria. Eu trabalhei já, como administrador, em administração de *shopping center*. Então, a estrutura presente hoje é a estrutura de uma praça de alimentação de *shopping center*, só que *shopping centers* têm estrutura montada para comportar isso. O *shopping center* não fica colado nas casas das pessoas. Ele tem um espaço em volta. Ele tem um respiro. E, mesmo assim, dentro de uma praça de *shopping center*, ainda saímos com a roupa com aquele cheiro de gordura. Nós sabemos isso como experiência. Então, isso tem que ser considerado, adequado e regulamentado como tal.

Mais uma vez: Nós não somos contra o modelo de negócio. Nós achamos só que ele precisa estar localizado dentro da Cidade, nos pontos onde, de fato, o zoneamento é adequado para isso, e não porta a porta, com as casas das pessoas.

Inclusive, com tantas cozinhas funcionando lá dentro, a gente se preocupa com o risco constantemente de se pegar fogo, de explodir. Se isso explodir, explode as nossas casas juntas. A gente vê essas operações e a gente se preocupa com os funcionários que lá trabalham também. São espaços apertados. Se um negócio como esse pega fogo, vira uma *Boate Kiss*. E é justamente o que a gente não quer para ninguém, nem para quem trabalha.

Falo da dignidade de quem trabalha e da dignidade de quem mora.

Então, esse é o meu relato. Espero ter contribuído com os senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Felipe Mindlin, morador do Brooklin.

O SR. FELIPE MINDLIN – Bom dia a todos, bom dia à Mesa e aos Vereadores. Na realidade, eu sou morador do Brooklin, no Edifício Tiffany's. Eu sou vizinho da *dark kitchen* do Brooklin e minha formação é Relações Públicas. Quando eu escolhi essa profissão, eu mal entendia direito para que ela servia, porque já faz quase 30 anos. Eu entendia que tinha que ser o mediador entre as empresas e as vizinhanças, para fazer o papel de uma melhor adaptação e dos impactos gerados.

E hoje atuo na área de restaurantes. Gosto muito do modelo. Trabalho isso, presto consultoria e, na realidade, senti-me muito impactado quando, em plena pandemia, surgiu esse modelo de negócio, que, de certa forma, eu imaginei que não causaria tanto impacto: “Ah, dez cozinhas. Eles vão se preocupar com docas, com os impactos. Só que isso não foi acontecendo e quando nós vimos já existia ali um mastodonte de quatro andares com quase 30 cozinhas, onde você não têm docas.

Eu, como cidadão me vi invadido e vi meus vizinhos e colegas também totalmente reféns de uma situação, onde nós como moradores temos que obedecer a uma regra de estacionamento que às 7 horas da manhã temos que tirar os nossos veículos, para que os motoboys - nós não temos nada contra a profissão - e os caminhões e os VUCs possam estacionar em frente ao estabelecimento. Tem uma placa - e quem aprovou isso deve ser muito gênio -, porque traz 10, 5, 7 caminhões e um monte de motocicletas que estacionam ali onde nós não podemos estacionar.

Eu, como trabalho na área de restaurante, vejo que existem grêmios, existe toda uma preocupação perante esses empresários para não criar impacto com sua vizinhança. Fui dono de restaurante, que foi fechado pelo Ministério Público no Jardim Paulistano onde, infelizmente, os meus clientes acabavam causando impactos na vizinhança. Por mais que eu

tivesse isolamento acústico, por mais que eu me adaptasse a todas as realidades, nós fomos vencidos e tivemos nosso restaurante fechado na Rua Primavera com a Rua São Gabriel. Hoje eu vejo o meu passado ali, os meus direitos e os direitos dos cidadãos sendo desrespeitados em todos os aspectos. Quando eu falo em todos os aspectos, é o entregador, o caminhão, a carga e descarga não existe e todos os insumos, desde uma alface, um fogão, um forno é descarregado na Rua Guararapes, onde eu moro. Eles não têm docas. Não estou nem falando de fuligem, de gordura porque, infelizmente, o corpo humano se adapta ao barulho e ao cheiro.

Se vocês forem na minha casa, passarem a mão no azulejo, no varal, vão ver a gordura. Não é poeira, é gordura, que você precisa de um certo produto para tirar. Infelizmente falam que isso é frescura, que isso não dá nada. A Subprefeitura não nos atendeu, a CET não passa na rua, não multam os motoboys. Sabemos disso muito bem. Eles não têm coragem, não podem multar por questões de sindicato. Não multam. A polícia não pode fazer nada. Já falaram que não podem fazer nada.

Então nós nos sentimos, totalmente, reféns dessas empresas que vêm com seus petrodólares - não digo todas - digo nas que estão ao meu lado. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Próximo orador, Sr. Pedro Saulo, advogado do iFood.com Agencia de Restaurantes Online S.A, que está representado pelo Sr. Felipe Daud, da Rede de Políticas Públicas da Companhia.

Com a palavra o Sr. Felipe Daud.

O SR. FELIPE DAUD - Bom dia, Vereador. Obrigado pelo convite. Bom dia a todos. Pelo iFood – fomos convidados pelo Vereador Rodrigo –, quero informar que o iFood, em si, não possui *dark kitchens*. Ele trabalha com mais de 300 mil restaurantes no Brasil inteiro e dentro de São Paulo com vários deles e não há nenhuma discriminação entre restaurantes que possuem *dark kitchens*, restaurantes que atendem em salão. A gente trabalha com a logística conectando e fazendo os pedidos chegarem para os consumidores.

Nos colocamos à disposição. Queremos entender e participar do debate, ajudando com a plataforma brasileira de intermediação entre restaurantes, consumidores e entregadores e informar isso de maneira mais expressa e nos colocar à disposição para o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – OK. Muito obrigado. Próxima oradora, Sra. Ana Paula Franco, Supervisora de Fiscalização da Lapa. Obrigado pela presença.

A SRA. ANA PAULA FRANCO - Bom dia a todos. Estou representando a Subprefeitura da Lapa, em nome da Subprefeita Fernanda. Estamos com esse problema já há algum tempo. Temos a Kitchen Central na nossa área, recebemos bastantes reclamações e temos enfrentado dificuldade na aplicação da legislação, até por ser uma atividade nova, está difícil enquadrar, mas temos tentado, temos buscado.

Fizemos consultas a outros órgãos, enfim tentando encontrar um ponto. A iniciativa é muito válida, não estamos omissos. Estamos tentando atuar na área, mas não temos uma legislação específica para esse tipo de atividade. Primeiro começaram como se fosse um *coworking*, depois achamos que não cabia, enfim, por isso fomos atrás e temos tentado de todas as maneiras atuar, dentro das nossas possibilidades, mas sentimos a dificuldade da legislação, não conseguem enquadrar e hoje eles funcionam por conta de uma liminar. Buscamos essas informações.

Logo, essa iniciativa aqui vai nos ajudar muito. Não estamos omissos, não é o caso. Fomos atrás. Tentamos de todas as maneiras, mas a legislação, para gente, foi uma barreira. A gente não consegue sair desse ponto, porque não conseguimos enquadrar a atividade. É uma atividade nova. Veio para ficar, acredito. A cidade está se modernizando, as coisas acontecendo e a pandemia acelerou esse processo.

Será muito bom para a gente conseguir atuar nessa área. E que a gente puder contribuir, a Subprefeitura da Lapa estará à disposição. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Muito bom o seu testemunho, Ana Paula. Ontem nós, da Comissão de Política Urbana, fomos procurados pela imprensa,

gostariam de saber por que a Prefeitura não faz nada. Isso porque não tem lei, nós não temos ferramenta. Não temos como fiscalizar. Não temos o nome da atividade, está se construindo. A imprensa compreendeu e, lógico, quando há dúvida, o Judiciário é a próxima porta. E é o caminho que está se levando e criando.

Ana Paula, agradeça a Subprefeita da Lapa por sua liberação, para que pudesse estar aqui conosco.

Passo a palavra às inscrições virtuais, para que possamos compartilhar com eles também. Sra. Adriana Meinking Guimarães, participante do SOS Panamby.

Está presente o Vereador Rodrigo Goulart.

A SRA. ADRIANA MEINKING GUIMARÃES - Bom dia a todos. Sou consultora ambiental e moradora do Panamby, onde tem a previsão de instalação de um desses *coworking* de cozinhas industriais. Diferente do que foi colocado aqui, agora nesse exato momento, eu discordo que a gente não tenha meios legais, hoje, para já regulamentar o que está acontecendo na cidade de São Paulo.

Quando houve a instalação da primeira *dark kitchens*, na Lapa, não sabia o que era empreendimento desse, hoje já temos clareza do que ele é. Independente de onde ele se encaixa na legislação, eles são empreendimentos geradores de impacto ambiental. Isso está na LPUOS. Está na LPUOS que temos direito a um ambiente ecologicamente equilibrado. O artigo 108 diz: se o empreendimento não residencial causa impacto ambiental ele precisa ser licenciado. E não existe condição de um licenciamento ambiental permitir a instalação de um empreendimento desse ao lado de uma vizinhança residencial, porque isso é nitidamente incompatível. Não é só uma questão do cheiro, é uma questão de que esses resíduos, que estão sendo lançados no meio ambiente, são potencialmente cancerígenos.

O que o Município está fazendo é a previsão de um passivo ambiental gigantesco para daqui alguns anos. Porque quando os moradores começarem a ter câncer associado a essas indústrias instaladas ao lado de suas casas, o Município vai ter que arcar com esse custo. É isso que precisamos evitar. Além disso, esses empreendimentos, cozinha industrial

gente, é o que mais incendeia no mundo inteiro. Estamos falando de 30 cozinhas industriais conglomeradas num espaço sem janelas, com mais de 30 chaminés em cima, que se uma incendiar, elas vão incendiar em cadeia.

Fala se na Lapa, se no Brooklin e se na localização pretendida no Panamby existe condição viária de entrar caminhões de bombeiro para apagar o incêndio desse porte e ambulâncias em número suficientes para atender tantos os funcionários que estão ali naquele conglomerado, quantos os moradores do entorno. Vai morrer todo mundo com a fumaça tóxica. É uma boate Kiss, só que dentro do apartamento das pessoas.

É inconcebível que esses empreendimentos continuem sendo vistos como simples cozinhas NR 21, *coworking* de escritórios. Eles são um conglomerado de cozinhas industriais. Isso não existe na lei, mas isso gera impacto ambiental e tem que ser percebido como tal. Agora, me admira que exista na lei uma categoria de indústria 21, que é justamente fabricação de alimentos, e que ninguém pensa na possibilidade de encaixar esses empreendimentos como tal e retirar esses empreendimentos do lado das vizinhanças residenciais. Isso já está previsto na LPUOS. (Palmas)

Concluindo, gostaria de falar para vocês o seguinte: qualquer indústria precisa, por exemplo, de previsão da instalação de tratamento. Hoje quem está arcando com ônus de pegar toda a gordura jogada nos ralos é o Município. Uma indústria, não, ela se responsabiliza pelo esgoto dela, tratar o esgoto dela. Estamos jogando isso na rede doméstica com caixinhas de gordura, minúsculas, ignorando todo o processo industrial que é feito ali de produção. A gente precisa também pensar na questão do lixo. Uma indústria se responsabiliza da destinação ao lixo dela. Para onde vai o papelão gerado, para onde vão os vidros que usam lá de abastecimento das cozinhas, para onde vão os plásticos? E o que eles fazem? Jogam lá na lixeira, vem um monte de rato, barata em vias públicas, a gente do lado, na área de entorno do Parque Burle Marx, dentro da área de entorno, que é um bem tombado, e mesmo assim houve a previsão de instalação desse equipamento lá, sem previsão de que eles assumam, no mínimo, a destinação adequada do resíduo.

Gente, isso precisa ser tratado como uma indústria poluente, como de fato eles são. Não temos mais condições ficar lidando com esses empreendimentos como um simples empreendimento não residencial.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. À medida que nós fomos caminhando, vamos vendo que o tema vai se tornando mais complexo. Uma das propostas que estamos pensando em sugerir, em se tratando de uma atividade que se utiliza de gás e até hidrogênio na cozinha, concentrado no mesmo prédio, independentemente do tamanho, será necessário exigir Auto de Licença de Bombeiro e AVS. Porque a segurança não depende, se forem cinco, 15 ou 30 cozinhas, está se lidando com produtos concentrados na mesma área.

Isso, provavelmente, deva vir no projeto, porque ontem na discussão que tivemos na Secretaria, nos preocupamos com os desenhos que a gente viu dessas unidades. É uma questão de segurança. Não custa. Quem vai fazer direitinho vai ter tudo isso liberado. Mas é que vamos aprofundando, vão surgindo as dúvidas e as sugestões.

Passo a palavra ao Sr. Fernando Ribeiro Moura Botelho.

O SR. FERNANDO RIBEIRO MOURA BOTELHO – Bom dia. Muito obrigado pela palavra.

Moro há 45 anos numa rua tranquila, muito longe de uma avenida e, recentemente, se instalou uma *dark kitchen* parede com parede com a minha casa. Da minha janela, vejo as torres de exaustão, as chaminés da *dark kitchen*. Fiquei pensando muito sobre essa questão toda e tudo isso que está sendo debatido. E eu acho que deveria, pelo menos - não sou versado em política pública, não sou versado em nada dessas coisas, fui professor de inglês, minha vida toda - essas *dark kitchens* não deveriam ser cercadas apenas em avenidas comerciais.

Entendo que a ideia da *dark kitchen* é atender melhor a população de *delivery*, agilizar a entrega de produtos *delivery*, que é uma tendência que o mundo hoje traz, uma coisa que está acontecendo, até foi mencionado na audiência a questão do drone e tudo mais. O

meu questionamento seria no sentido de pelo menos que essas *dark kitchens* ficassem em áreas mais comerciais de cada bairro, no mínimo.

Entendo até a questão ambiental e concordo. Puxa, uma indústria, muito perigoso. E talvez elas tivessem que ficar mais longe, mas eu sei que, por outro lado, as coisas estão mudando, mas que não fossem em ruas tão estreitas e residenciais. No mínimo isso. Acho que seria uma medida importante para ser considerado pelos legisladores que vão desenhar a regulamentação desse tipo de atividade.

Parede a parede é ruim. Do outro lado da *dark kitchen*, que tem aqui, mora um casal de idade. O que vão acontecer com eles quando essa coisa tiver soltando centenas de litros de poluentes por dia? Na minha rua passam dois carros: um indo, outro voltando. Como que vai fazer quando tiver, sei lá, 50 motos? Não tem nem lugar para abrigar as motos da *dark kitchen* ao lado da minha casa. Tem a calçada e dentro da calçada, onde seria garagem da antiga casa onde ela foi construída, é um lugar para os motoboy sentar para ficar ali esperando os pedidos, com uma pequena televisão. Quer dizer, não tem nem lugar para as motos. Onde as motos vão ficar? Na rua inteira? Isso é um problema, que precisa de sensibilidade com a vizinhança onde as coisas vão ser instaladas. Não acredito que a gente possa viver em uma cidade com qualidade de vida, quando existe uma indiferença absoluta, só pelo dinheiro as pessoas fazerem as coisas.

É isso. Agradeço a palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – OK. Muito obrigado, Fernando.

Sra. Carla Lascale.

A SRA. CARLA LASCALA - Bom dia a todos. É um prazer participar. Sou advogada. Infelizmente, tem um empreendimento desses, na rua onde moro, na Vila Mariana, Jardim da Glória, mais especificamente, na Rua Doutor Dolzani. E esse empreendimento começou a ser construído na pandemia. Quando a gente descobriu o que seria, tentamos contato até com o Vereador Aurélio Nomura, que tentou nos ajudar, dentro do possível. Tentamos contato com a Subprefeitura, que não nos respondeu. Apresentamos então uma

ação, uma reclamação perante o Ministério Público na parte de Urbanismo, que hoje se tornou um inquérito civil.

A nossa rua é o mesmo problema de todos. É uma rua de mão dupla, estreita. O entorno do nosso quarteirão, é um prédio por quarteirão. Costumamos dizer que estamos no interior de São Paulo, porque é um bairro muito sossegado, muito tranquilo. O nosso quarteirão tem o nosso prédio e o resto todo são casas residenciais e as costas do nosso prédio dá na Praça São Francisco da Glória. Temos quatro praças aqui no entorno. Por mais que ela esteja dentro dos padrões, que ela tenha estacionamento para motoboy, banheiros para motoboy, ela não começou a funcionar. Acho que algumas cozinhas só estão funcionando, mas sem estar aberta, totalmente. Ela começou com 15 cozinhas, passou para 18 e hoje o empreendimento está com 24 cozinhas prontas. Serão 24 chaminés e essas chaminés vão soltar fumaças na casa do vizinho, porque inclusive há uma voltada para casa do vizinho. Serão 24 cozinhas fazendo barulho num local onde não comporta, infelizmente, não comporta. Não tem como a gente conviver com isso, com esse barulho, com essa gordura, com a fumaça que vai sair. Ontem passei lá na porta, andando com os cachorros à noite, e dá para sentir o cheiro de hambúrguer, de batata frita, por mais que ela fale que esteja fechada. Está funcionando com algumas cozinhas, mas com as portas fechadas. Mas você sente o cheiro.

Não tem como um lugar calmo, tranquilo, comportar uma cozinha, um complexo de cozinhas que são sim uma indústria e deveriam sim estar num bairro industrial porque lixo, trânsito, a rua não comporta nem ônibus, nem ônibus temos na rua, então ela não comporta o trânsito, o fluxo de motos, o fluxo de caminhões. A fumaça vai vir direto para as residências, para as casas vizinhas, além da questão da segurança.

O caminhão de lixo passa três vezes na semana, então vai ser inviável e tentamos buscar uma solução com a Subprefeitura sem resultado. Então, o que pedimos, como moradores, como já se falou, todos temos o direito, nós pagamos um IPTU caro, nós não pagamos um IPTU barato. Nós tivemos desvalorização de todos os imóveis do entorno, se você perguntar para alguém se quer ser vizinho de uma *dark kitchen*, ninguém quer ser vizinho

de uma *dark kitchen* porque já sabem dos transtornos, então é essa a nossa solicitação. Agradeço e a nossa solicitação é essa.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Miriam Santos Cardoso, moradora do Brooklin.

A SRA. MIRIAM SANTOS CARDOSO – Bom dia a todos, meu nome é Miriam Cardoso, sou da área da educação, sou historiadora, e muitos anos trabalhei como professora de história. Moro no Brooklin há 42 anos e, durante a pandemia, no começo, me chamou a atenção uma construção com uma placa de reforma em frente ao meu prédio, ok, uma reforma, só que dali algum tempo, muito rapidamente, surgiu não uma reforma que seria um restaurante, mas um prédio com uma estrutura totalmente industrial, causando uma série de problemas que já foram mencionados aqui.

Para não me tornar repetitiva, eu vou apenas falar de algumas coisas que ainda não foram faladas e que atingem diretamente a gente, o que me preocupa e é nisso que nós estamos pensando, e que os senhores estão pensando em fazer leis, nós vamos fazer leis que atendem aquelas que estão começando, ou que serão construídas, e aquelas que já existem e que já estão causando enormes problemas? O que serão feitas delas? Serão ajustadas normas e leis para que elas continuem? Será que isso é o que realmente vai ajudar? Porque essas cozinhas que já existem, é louvável a atitude de começar agora a fazer todas essas leis, essas normas, para as futuras, mas a minha preocupação, hoje, é com aquelas que existem, porque não há como adaptar, por exemplo, a nossa. Já foi feita reunião com a *dark kitchen* de síndicos dos condomínios que estão em volta porque estas cozinhas estão encalacradas entre cinco prédios, ela é encalacrada, então os prédios todos que estão em volta corre o risco de fogo, de tudo isso que já foi falado.

Para eu não me repetir aqui, mas os *motoboys* que estão na frente da rua, não são 10, não são 20, na frente do nosso prédio, a CET delimitou uma área para *motoboys* tirando a nossa entrada de mudança do prédio, de carga e descarga, para mudança e outras coisas, não

só mudanças, mas o que aconteceu: essa semana que passou, o lixeiro deixou um recado na portaria que era para darmos um jeito no lixo porque senão eles não iam retirar mais, porque essa faixa está colocada exatamente na frente da nossa lixeira, que é fechada, seguindo todas as normas e tudo mais. Eles não conseguem tirar o lixo, então para a gente dar um jeito. Aí na sexta-feira ele deixou outro recado que se nós não puséssemos cones, marcando uma área para eles pararem, que eles não iam mais recolher o nosso lixo. O que nós fazemos? Nós não podemos por cones porque é proibido, nós não podemos por cones e ainda mais numa área delimitada pela CET. Então, o que nós vamos fazer?

A minha preocupação é muito grande com essas cozinhas que já existem, quando elas começaram, elas foram feitas, sim, com má-fé, usando brechas da lei, e elas têm de ser tratadas como tal, porque nós cidadãos estamos aqui pagando nossos impostos, fazendo tudo direitinho, seguindo regras, queremos também no nosso entorno a mesma coisa.

Eu agradeço muito a atenção de vocês e acho que é uma preocupação muito grande. Não somos contra o empreendedorismo, mas o empreendedorismo que seja bem-feito, que seja feito para o bem do meio ambiente e o empreendedorismo que seja feito com ética, que foi o que faltou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. José Roberto.

O SR. JOSÉ ROBERTO – Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui para me manifestar como cidadão. Agradeço ao Presidente, à Mesa, às autoridades presentes, os cidadãos aqui presentes. Diante de tudo que já foi dito, acho que ficou patente a seguinte questão. Qual é o resultado da instalação dessa empresa no ambiente residencial: o caos, o caos se instalou em vários sentidos. Eu gostaria de convidar cada um de vocês e aqueles que irão participar dessa nova legislação, de verdade, se quiserem tomar um café conosco, almoçaram conosco, será um prazer recebê-los e vocês verão *in loco* o caos que se instalou. Não é simplesmente um empreendedorismo, é uma indústria poluidora que diz: “Olha, queremos fazer uma política de boa vizinhança”, mas estão longe disso, nas suas atitudes demonstram o total descaso com as autoridades, porque acham brechas na lei para se

instalarem, desrespeitam fiscais que vão lá para fiscalizar, desrespeitam porque dizem que vão fazer tal coisa e não fazem. Então, está muito crítico.

A questão de saúde é fundamental. Hoje estamos usando máscaras ainda, muitos cidadãos usando máscaras para preservar a saúde e essa indústria polui. Na frente da minha casa... tem até o material que foi mandado para o Vereador Goulart, tem quatro turbinas de mais de dois metros de altura que poluem, jogando resíduos cancerígenos, não é um cheiro agradável de hambúrguer, uma pizza, é um cheiro de poluição que sufoca. Temos um vizinho recém-operado que falou: “Fui recém-operado, vomito porque não aguento esse cheiro.” Faz mal à saúde.

Com relação aos *motoboys*, que são arrimos de família, são pais de família que às vezes estão lá passando frio, passando chuva, não tem área para que eles esquentem uma marmitta, para ir ao banheiro, não tem; às vezes, fazem necessidade na calçada do lado dos nossos vizinhos. Eu não moro na frente do Tiffany's, eu moro na rua lateral, mas eu me compadeço porque é horrível o que se trata e o que se passa nesse lugar. Nosso amigo Phil costuma dizer que parece a faixa de Gaza, porque é horrível mesmo.

Então, gostaríamos do apoio de vocês, o que vocês precisarem de subsídio nós temos um grupo de WhatsApp com mais de 2 GB de informação, até tive que fazer uma limpeza no meu celular, temos vídeos com a parte logística de todo o transtorno que os *motoboys* também sofrem, não só os residentes. Então existe muito material para embasá-los para que façam uma legislação adequada e classificar essa atividade como indústria, o que de fato é.

Acho que esse é o recado que tenho para dar para vocês, além do convite de vocês visitarem nossos lares e sentirem *in loco* a realidade que é essa. Muito obrigado a todos e que a gente consiga o objetivo de trazer progresso e prosperidade a todos de maneira a obedecer e o respeito às leis ambientais, porque nós moramos no terrário, nosso planeta é uma pérola galáctica que merece ter o respeito que Deus criou. Façamos o bem para o nosso Planeta começando por essa microssituação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Esse assunto é importante, lembrando que no inverno a dispersão dos elementos particulados é muito menor, portanto, concentra muito mais ainda, esse é um problema que no inverno só piora e o inverno está chegando. Vou passar a palavra para o Vereador Adilson Amadeu, que vai passar uma mensagem, ele está no trabalho da CPI dos Aplicativos e tem trabalhado esse assunto, tem informações para nós também.

O SR. ADILSON AMADEU – Muito bom dia, Sr. Presidente Paulo Frange, nobre querido Vereador Goulart, os que estão compondo a Mesa e o meu sempre querido, Vereador, meu professor, Deputado Federal Goulart, e a todos os senhores que estão aqui. Está um pouquinho frio, acho que o ar-condicionado está meio forte.

Ontem eu fiz uma fala na CPI que eu presido, que é a dos Aplicativos, e a minha razão de eu chegar aqui agora, eu estava no meu gabinete em outra Comissão, a de Trânsito e Transporte e, ontem, eu recebi um representante da *kitchen* centrão, deve estar por aí, eu pedi que ele viesse hoje, na audiência pública, para que vocês falassem o que eu já vi, o que está acontecendo na cidade de São Paulo. Todos os dias estão abrindo três cozinhas em algum lugar, só na Avenida Indianópolis, você conhece bem, de um mês para cá, são nove e nós não temos fiscalização, a cidade de São Paulo não tem. Eu sou Vereador, lamento, estou há 20 anos nessa Casa, estão faltando novos concursos e nada contra quem quer fazer um novo empreendimento, quem quer fazer um comércio, eu tenho meu comércio há 50 anos e eu cumpro a lei.

Agora, eu sei que tem dois projetos de colegas Vereadores, o Prefeito Ricardo Nunes, parece que quer falar alguma coisa a respeito de tudo isso. Não dá para fazer o que está fazendo esse segmento na cidade de São Paulo. Eu não ouvi nenhuma fala dos senhores, mas não é justo vocês até de madrugada, à noite, pelo sabor, pelo odor, saber que o estrogonofe está sendo feito, que o filé a Cubana está sendo feito, confeccionado, e a hora que você pergunta para quem é dono, e eu queria saber se tem aqui algum representante das cozinhas, eles falam que é assunto com o restaurante, e o restaurante fala que o assunto não é

com eles.

Então, enquanto eu for Vereador, vocês fiquem tranquilos que eu não vou deixar que aconteça isso. Aliás, vou tentar combater esse modelo que veio de alguns lugares, de outros países, mas que não é um modelo saudável para ninguém que vai morar do lado de uma cozinha dessas, e o barulho que tem.

Nada contra o emprego dos motofretistas, aliás, nós temos uma audiência pública grandiosa com os motofretistas, que também a gente precisa cuidar e ver direitinho, porque não dá para ficar do jeito que está, são situações da cidade de São Paulo que é duro ser Vereador nessa cidade. Você é cobrado. Eu tive 67 mil votos na última eleição, aliás, na penúltima, depois atípica, na segunda para todos nós, tive 31 mil. Sou cobrado todos os dias e, hoje mesmo, vindo para cá, eu fui cobrado a respeito desse assunto.

Fora as cozinhas, as OLs hoje estão também soltas que vocês não podem nem imaginar. Posso falar que esse setor de cozinhas e OLs tem mais de 1.500 casos para serem cuidados. As OLs são exatamente a distribuição para os motofretistas de todas as comidas. Você acha que está sendo alimentado por alguma empresa que você gostaria daquela alimentação e, na verdade, você não está comendo aquilo, porque, logicamente, a cozinheira é uma coisa maravilhosa, a pessoa que sabe fazer um alimento, só que você está levando para sua casa outro artigo, não do restaurante.

Meu Deus do céu, me desculpem, Presidente, muito obrigado, nobre Vereador Goulart, o meu sempre amigo, Vereador, Deputado Federal Goulart. Desculpem-me se falei demais. Vou me retirar porque vou para outra Comissão agora, mas vou estar atento, junto com senhores, porque sozinho eu não vou conseguir fazer nada. Meu muito obrigado e fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Sandra Aparecida Cruz Rodrigues, *on-line*. Está conosco?

A SRA. SANDRA APARECIDA CRUZ RODRIGUES – Sim, estou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sandra, está nos ouvindo? Sandra? Vou

chamar o próximo e depois chamamos a Sandra daqui a pouco. Tem a palavra o Sr. Arlindo Lopes Gonçalves Júnior, também está *on-line*.

O SR. ARLINDO LOPES GONÇALVES JÚNIOR – Bom dia, Sr. Presidente, antes de mais nada, eu gostaria de dar uma opinião também, como o senhor falou dos problemas dos drones, seria legal ter a ANAC para poder desenvolver esse projeto, porque como nós estamos aqui no Brooklin, próximo à Avenida dos Bandeirantes, próximo ao aeroporto de Congonhas, eu acredito que a ANAC seria primordial também para desenvolver essas linhas.

Outra coisa, eu tenho um filho em idade escolar e ele é chamado de Bacon na escola. Por quê? Porque a roupa dele cheira a *bacon*, então é uma coisa muito desagradável. Outra coisa, Sr. Presidente, o Código de Obras, pelo que eu me lembro, tem a área de drenagem de solo. A cozinha aqui na Rua Guararapes, pelo que eu vejo, não tem um centímetro de drenagem de solo, é uma coisa que eu gostaria de pedir à Secretaria de Obras, se possível, verificar isso, porque é uma contravenção e todos os alvarás seriam inúteis, não tendo, não sendo adequada a própria construção dela. Pelo que eu vi são aproximadamente 30 cozinhas, daria mais ou menos, se soltar 40 pedidos por dia, 1.200 motos.

A nossa rua não tem essa estrutura, infelizmente. vemos pessoas, motoqueiros muito bons e outros que andam na contramão. Meu filho outro dia teve que andar um quarteirão e meio para poder pegar uma van escolar e o risco que ele passa? a pessoa idosa que mora no nosso prédio que pega um Uber para ir a um médico, não tem vaga para poder parar o Uber, tem que andar se arrastando por meio quarteirão. Eu até pedi ao próprio CET para fazer uma fiscalização mais efetiva.

eu chamo de cozinha industrial, sim, porque temos todos os equipamentos industriais nesse local: forno, fogão, geladeiras, temos uma entrada de energia elétrica industrial e temos uma quantidade de pessoas em volta muito grande.

Eu peço encarecidamente a parte do vídeo onde eu mostro que meu filho foi pegar a van, eu passei para a equipe do Vereador Goulart, se o senhor quiser ver eu agradeceria. Também fica o convite para que venham conhecer a nossa região. Está muito ruim o risco

pessoa, eu não estou falando nem só de pessoa física, assalto também, porque entre eles existem algumas pessoas que não são do bem. Minha esposa anda na rua e eu fico meio ressabiado, eu não sei se ela vai ter um assédio, são coisas que passam.

Eu agradeço muito a oportunidade e deixo frisado que eu gostaria que a Secretaria de Obras do município verificasse a drenagem do solo, de chuva. O Brooklin é uma área que sofre muito com inundação, merece ter essa área de drenagem, que é obrigado pela legislação. Agradeço a todos, agradeço ao plenário, agradeço a todos os vizinhos, muito obrigado, por todos estarem aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Fernando Blower, que está *on-line*, participante da Associação Nacional dos Restaurantes e está nos assistindo.

O SR. FERNANDO BLOWER – Obrigado pela palavra. Saúdo o Sr. Presidente, o Vereador Rodrigo Goulart, todos os Vereadores desta Casa, assim como os colegas e sobretudo os moradores que estão aqui trazendo relatos muito difíceis nas suas vidas. Obviamente, somos sensíveis a isso.

Em nome dos restaurantes, quero colocar nossa associação à disposição para o debate. Não somos necessariamente contrários a uma regulamentação. Eu queria só trazer aqui alguns pontos de observação para ilustrar esse debate, que, certamente ainda vai ser longo e terá ainda muitas repercussões, para levantarmos algumas questões que são, a meu ver, importantes de serem tratadas. A primeira delas é que estamos falando, e acho que todos os relatos dos moradores deixaram muito claro isso, de uma preocupação a respeito desses grandes condomínios de *dark kitchens*. Mas, quando falamos “*dark kitchens*”, muitas vezes estamos falando meramente de *delivery*, e há pequenas lojas e lanchonetes que também fazem o trabalho de *delivery* e que, portanto, precisam desse tipo de atividade para seu sustento. Então, quando falarmos em regulamentação, é importante levar em consideração o porte desse dessa atividade, separando os grandes condomínios daqueles pequenos negócios, que são milhares na cidade de São Paulo e no Brasil todo.

Uma segunda preocupação que temos é em relação a novas regulamentações

técnicas que se sobreponham a regulamentações federais, que hoje são muito modernas e importantes. Se não estão sendo respeitadas por esse ou aquele empreendedor, aí é o caso de se entender, fiscalizar, eventualmente autuar e fazer cumprir as normas. Mas a nossa preocupação é que novas normas não sejam trazidas sem o devido respeito às normas federais. Estou me referindo, por exemplo, à manipulação de alimentos. A Anvisa tem uma regulamentação em relação a isso, muito rigorosa, uma das mais rigorosas do mundo. Para a gestão de resíduos, também citada aqui, temos o Programa Nacional de Gestão de Resíduos, o qual os operadores de *Food Services*, restaurantes *delivery* etc. são obrigados a cumprir. Gordura - foi citada aqui a destinação correta -, exaustão, segurança, incêndio. A nossa norma está vigente há 20 anos, é a NBR 14.518, a qual foi revisada em 2020, depois de 8 anos. Então, é uma norma que foi amplamente discutida por engenheiros e técnicos do Brasil inteiro, segundo especificações internacionais. Eles consideram - inclusive conversei com muitos deles nos últimos dias - a nossa norma técnica como uma das mais avançadas do mundo.

Então nossa preocupação é que se não estamos cumprindo parte dessa regulamentação, que seja cumprida, a lei existe para isso; mas que não se criem novas regulamentações que não estejam de acordo com o que as legislações do âmbito federal já preveem e, sobretudo, que não se penalizem pequenos e médios estabelecimentos da cidade de São Paulo, que são muito importantes não só para geração de emprego. Vale lembrar que nem metade dos empregos formais da cidade de São Paulo para restaurantes foi recuperada até hoje. Ou seja, estamos com metade dos empregos que tínhamos em 2019. Lembro também que muitas pessoas dependem da atividade *delivery*: idosos, pessoas que moram sozinhas, as pessoas que trabalham na rua e não conseguem cozinhar sua comida em casa. Então, a atividade *delivery* é muito importante para muitas pessoas no seu dia a dia.

Então, que busquemos um equilíbrio. É para isso que estamos à disposição para esse diálogo. E, mais uma vez, me solidarizo com todos os depoimentos, porque penso que o que todos esperam deste encontro é uma cidade equilibrada, uma cidade razoável, que tenha atividade econômica e que contemple, obviamente, no bem-estar dos moradores. Mas que

levemos em consideração, se possível, esses pontos que eu coloquei.

Coloco-me mais uma vez à disposição dos próximos debates. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Adriana Muzza está presente? (Pausa) Nilton Davi Rodrigues. (Pausa) Roberto Georges, da OAB. (Pausa) Maria Cecília Dias de Andrade. (Pausa) Peter Wesner, do CREA. (Pausa) Tem a palavra, Maria Cecilia.

A SRA. MARIA CECILIA DIAS ANDRADE – Bom dia a todos. Meu nome é Maria Cecilia Andrade, sou advogada e moradora do bairro do Paraíso, onde, graças ao esforço dos nossos vizinhos, conseguimos embargar a obra, que hoje está parada. Acho que tudo já foi relatado aqui. Felizmente, não estamos ainda vivendo todo esse cenário caótico que foi trazido aqui por vários cidadãos. Mas há um ponto que a professora – cujo nome não me lembro agora – relatou: a questão da ética. Quando a obra começou, foi-nos relatado que ali iria funcionar um restaurante japonês. Então, eles usaram de todos os subterfúgios para que não identificássemos o que estava acontecendo. O fato de essa conduta ter sido adotada mostra, com antecedência, que eles já sabiam os efeitos e a probabilidade de que, se não fizéssemos nada e a cozinha já estivesse instalada, estaríamos no mesmo cenário que foi relatado aqui sobre o Brooklin e da Vila Romana.

Então, nos tempos em que vivemos, em que falamos tanto sobre ética e integridade - eu trabalho com esses temas, trabalho com o tema de ESG, com a área de sustentabilidade -, a instalação de uma cozinha industrial desse porte realmente gera um impacto enorme, e a sociedade não está sendo considerada. Estamos olhando meramente os ganhos financeiros, quando hoje o que o mercado demanda é realmente que você olhe o que você está causando no seu entorno.

Sáímos desse capitalismo selvagem para um capitalismo sustentável, e acho que isso é o que a gente tem que buscar aqui. Então, não vou me repetir. Felizmente, conseguimos suspender a obra, mas temos uma preocupação enorme, especialmente com essas questões de ética e integridade, que, claro, acho que faltou bastante no processo que enfrentamos no Paraíso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Adriana Guimarães. (Pausa) Iran Junior. (Pausa) Obrigado, Iran.

O SR. IRAN JUNIOR – Bom dia a todos. Vereadora Cris, prazer em vê-la. Bom dia à Mesa e a todos os presentes. Estou simplesmente estupefato com os depoimentos daqueles moradores que são vítimas dessa selvageria. Porque em São Paulo e no Brasil o que chama *dark kitchens* na minha visão não é um empreendimento. Sou empresário desde sempre, e isso não é um empreendimento. Alguma coisa que se instala e que não se pode especificar exatamente o que é, que precisa de contorno, que é um restaurante, que vai ser uma casa, que é uma reforma, é porque provavelmente não está apta para funcionar naquele lugar, não merece estar naquele lugar, não merece receber as autorizações, não merece o alvará de funcionamento, precisa ser combatida. Estando em funcionamento, precisa ser interditada. E, se obteve liminar, a liminar precisa ser cassada.

A atividade empresarial é regrada, existem princípios. A senhora que me antecedeu falou em ESG, falou em capitalismo sustentável. Isso não é de hoje, isso é desde sempre. Sejam nós contribuintes ou não da cidade de São Paulo, isso precisa ser combatido. Eu moro a 2.000 metros, 2.500 metros de onde vai se instalar essa selvageria no bairro Panambi, mas estou inconformado com isso. Por que estou inconformado? Porque é inconcebível naquele lugar se instalar o que está sendo proposto.

Então, estou aqui me solidarizando com os meus vizinhos de bairro, com todos vocês que estão afetados e com os que potencialmente poderão ser afetados, e rogando aos nossos Vereadores que consigam uma legislação que acomode todos esses interesses. Mas que, de antemão, se puna exemplarmente toda e qualquer tentativa que tenha sido feita ou foi feita no sentido de viabilizar esses empreendimentos selvagens que estão, na minha visão e na visão de todos vocês, obviamente completamente inadequados para funcionar onde estão funcionando. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Iran. Amanda Signorini, da Associação Amigos do Panambi. Está presente? (Pausa) Amauri de Oliveira está presente?

Você é o próximo.

A SRA. AMANDA SIGNORINI – Boa tarde a todos. Sou Amanda Signorini, sou representante da Associação Amigos do Panambi e também representante da sociedade civil no Cades da Subprefeitura do Campo Limpo, onde prezamos pelo meio ambiente e pelo desenvolvimento sustentável. Fizemos um movimento muito forte no Panambi. Fizemos um perfil no Instagram, o <https://www.instagram.com/kitchencentral.aqui.nao/>. Fizemos um abaixo assinado com quase 4 mil assinaturas para nos mobilizar e tentar impedir que esse caos seja instalado no nosso bairro e também em outras localidades da cidade de São Paulo, porque, em meio a todos os prejuízos aos cidadãos, não consegui ver nenhum argumento positivo sobre a instalação desse empreendimento em nenhuma situação.

É importante reforçar que não estamos falando de uma cozinha, não estamos falando de uma *dark kitchen*; estamos falando de um conglomerado de cozinhas industriais, e precisamos classificar isso como deve ser. Vejam os transtornos. Eu gostaria de saber se o cidadão está sendo levado em conta, pois posso correr o risco, eu e todos os cidadãos que represento como parte da associação, de sermos invadidos em nossas casas. Imaginem: ficarei com cheiro de gordura, e, se vier (ininteligível), não posso nem tomar banho, terei minha privacidade sendo lesada. Então, não tenho direito de ter a minha liberdade de cidadã na minha própria casa. Precisamos ter o respeito com os cidadãos objetivando um desenvolvimento sustentável.

Além disso, o Panambi está em uma área envoltória do Parque Burle Marx; temos várias áreas verdes. Na verdade, o intuito da Associação Amigos do Panambi é preservar as áreas verdes do bairro, e estamos diante dessa catástrofe, que não terá nenhum respeito ao meio ambiente. Não sabemos como o esgoto será tratado. O local é incrustado entre três prédios e na frente de uma praça, com ruas superestreitas, com inclinação e paralelepípedos. Não chega carregamento, não há condição de haver qualquer escoamento da população no caso de um incêndio. Assim, precisamos levar em consideração as pessoas, o cidadão e um meio ambiente equilibrado para todos.

Para observarmos como eles sabem que são indústria, lembro que na Lapa foi tratada a questão do odor de canela, a qual é usada em curtumes, e curtumes são proibidos de ser implementados no meio da Cidade. Então, como é que autorizamos um empreendimento e dizemos que não há lei para isso, sendo que esse empreendimento é sim uma indústria; sabemos que é, só não temos coragem de classificá-los como tal. Então, peço muito respeito aos cidadãos, respeito às pessoas, porque precisamos, sim, de saúde e de meio ambiente equilibrado. E peço muita atenção a vocês para que escutem a população presente, que está pedindo que V.Exas. impeçam os empreendimentos que estão por vir e os que já foram construídos para que realmente sejamos respeitados como cidadãos. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra Amauri de Oliveira.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA – Eu só queria dizer que esses empreendimentos poderiam existir na Cidade se eles fossem construídos de forma correta. Mas eles querem construir uma empresa da forma mais barata possível de forma que eles não têm nem um estacionamento para acomodar entrega ou seus *motoboys*, que ficam todos na rua. É um serviço porco, barato, e eles querem transferir o custo para a sociedade. É muito simples.

Discordo de que a Prefeitura não tenha instrumentos para fiscalizar e impedir. Isso é ridículo. (Palmas) É uma palhaçada. Tente você abrir um bar na Vila Madalena e ficar aberto até as quatro horas da manhã, fazendo barulho ou soltando odores e poluindo a Cidade para ver o que acontece. Eu abri um bar, e em um mês o PSIU apareceu no meu bar e me fez fazer reformas para acomodar o barulho *etc.* É ridículo. A Prefeitura tem condições, com os instrumentos, com as leis que há hoje, de fazer esse pessoal construir um prédio digno. Eles não querem fazer construção subterrânea porque é cara; então, põe o pessoal na rua, é barato. É isso o que eles querem fazer, pois o negócio é lucrativo. Se eles tivessem que construir um prédio decente para funcionar, não iriam estar se instalando nos lugares onde estão se instalando, porque teriam que comprar terrenos enormes para fazer construções subterrâneas. A Prefeitura sabe disso. Tente você abrir um supermercado, um Pão de Açúcar, e fazer as entregas na rua; claro, vai ser multado. Então, é uma omissão total.

Uma coisa que eu gostaria de falar a vocês: contatem o Ministério Público. O Ministério Público não é tão omisso quanto a Administração Pública. Escrevam para o Ministério Público, pressionem o Ministério Público. Segunda coisa: façam o registro dos seus bairros hoje, como ele está e como estará depois. Peguem o registro do preço dos imóveis hoje e quanto estará depois, porque podemos processar esse pessoal. As *dark kitchens*, os restaurantes que vão funcionar lá dentro, vão ter que pagar a diferença do valor do imóvel, tá. Isso existe. (Palmas) O Rodoanel foi processado perto de Alphaville e está pagando os moradores porque depreciou o valor dos imóveis. Então, sobre essa omissão, a gente pode fazer alguma coisa no futuro. Registrem o que está acontecendo. É uma omissão geral, mas vamos continuar mobilizados. E contatem o Ministério Público, pessoal, e façam o registro do que está acontecendo. É isso aí. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Tem a palavra, Elisabete Cássia.

A SRA. ELISABETE CÁSSIA – Bom dia a todos. Cumprimento todos os Srs. Vereadores, os meus vizinhos e todos os que estão sendo prejudicados por esse infeliz empreendimento. Muito obrigado, Rodrigo Goulart, por ter acatado o nosso clamor, porque isso realmente é uma injustiça com o povo, com nós pagadores de impostos. No Panambi, quem denunciou essa construção dessas *dark kitchens* fui eu. Em março de 2020, postei no grupo que eles estavam construindo clandestinamente, porque era noite, não havia placa, não havia nada, e estavam levantando um prédio lá. Aí, houve uma mobilização dos moradores com faixas, como vocês podem ver ali, e conseguimos, graças a Deus, embargar a obra. Só que agora eles conseguiram uma licença para construir a obra.

- Manifestação no recinto.

A SRA. ELISABETE CÁSSIA – Sim, eu sei disso, mas em março de 2020 fui eu que coloquei lá. O Dr. Delmanto escreveu: “É o caos”, inclusive. Ele escreveu, tenho aqui documentado, eu sei o que estou falando. Fiz reunião na Prefeitura para pedir ao Prefeito, ao assessor, Dr. Milton, para nos ajudar, para rever a lei, para enquadrar esse empreendedor como indústria, porque eles são indústria, não são comércio. Porque moro a mais de 1.000

metros, mas os edifícios lindeiros são os mais prejudicados. Aquela rua é estreita, não tem como entrar caminhão para descarregar mercadorias, não dá, já não tem mobilidade no bairro. Moro há mais de 30 anos, criei meus filhos no bairro, agora meus netos e estou lutando para que não levantem esse prédio, para que se siga a lei. É simples, é só seguir a lei, como já foi dito aqui, não é verdade? É só seguir a lei. Mas por que não querem seguir a lei? Por que estão resistindo a seguir a lei?

Eu e todos os moradores seremos tremendamente prejudicados. Sou empresária, não sou advogada. Eu estou aqui como uma cidadã paulistana. Há laudos e mais laudos. O Ministério Público já se manifestou contra. Então, tem que se seguir a lei. Eu me sinto indignada. Eles não têm ética, porque se tivessem ética, estariam construindo agora, como estão construindo, durante o dia, mas não conseguem entrar nem com o caminhão para dar sequência à obra, quanto mais para entrar com o caminhão, para abastecer essas *dark kitchens*. Compraram um terreno numa rua escondida, numa rua residencial.

Eu tenho loja em *shopping*. Eu sou empresária. Montem num local de *shopping*, com docas - não é verdade? - com local, com banheiro e com toalete. Está certo? É lá que devem montar, num local de *shopping*, num local apropriado; e não numa área residencial. Não é verdade?

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Marcelo Torres de Oliveira.

O SR. MARCELO TORRES DE OLIVEIRA – Bom dia a todas as senhoras e todos os senhores. Eu sou da Associação Viva Paraíso e estou aqui para externar a minha indignação, porque nós fomos acionados pelos moradores de uma possível instalação de uma *dark kitchen* na Abílio Soares, onde infelizmente os moradores tiveram que pagar advogado. Quer dizer, já têm todas as despesas pessoais, como municipais, e ainda têm que investir num advogado, para se defender contra a construção de uma obra inadequada ao zoneamento na Rua Abílio Soares.

Então, nós da Associação Viva Paraíso fomos acionados por esses moradores, para interceder e pedir que isso não aconteça. Esses moradores tiveram que quotizar, pagar um engenheiro para fazer um laudo técnico ambiental, junto à Secretaria de Meio Ambiente, para proibir a construção. Então, a nossa luta começou com o Sr. Cesar Azevedo, na Secretaria de Uso e Ocupação do Solo, e hoje com o Sr. Marcos Duque Gadelho. Nós estamos pedindo para que ele entenda e interceda nesse sentido.

Também falamos com o Secretário Alexandre Modonezi. Pedimos para que pudesse interceder. S.Exa. falou que não era de sua alçada, e teria que ser tratado na Secretaria de Uso e Ocupação do Solo. Solicitamos a subprefeitura. A subprefeitura está com as mãos atadas, porque toda decisão está na secretaria e não mais na subprefeitura. Foi esvaziada nesse sentido, para poder fazer a fiscalização, e esses empreendimentos se utilizam, como foi dito aqui, de uma forma pouco correta, pouco leal com os munícipes, porque fazem a aprovação do Fácil, até 500 metros quadrados. Então, não identificam o tipo de atividade e o tipo de construção que estão fazendo. É um absurdo que isso esteja ocorrendo; e os Srs. Vereadores que teriam que defender os munícipes hoje trazem propostas de PLs para construção de *dark kitchens*. Elas não deveriam existir em áreas de zoneamento. Eu peço que isso seja respeitado.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Vivian Ferreira, da Associação Viva Paraíso.

A SRA. VIVIAN FERREIRA – Bom dia a todos. Também sou do Paraíso.

Marcelo, muito obrigada pela presença. Eu também sou advogada, mas eu venho aqui como moradora. Eu moro ao lado do terreno onde estão querendo fazer ali a construção, no Paraíso, de um conglomerado de cozinhas. E eu acho que vale a pena relatar um pouco da história de como a gente descobriu o que aconteceria ali. A Maria Cecília também trouxe isso. Nós vimos a placa de uma obra e fomos ver o que era, porque, de boca a boca, diziam que seria um restaurante ou um café. Ninguém sabia o que ia ser. Quando a gente foi ver, estavam

lá todos os documentos, e a gente viu que eram vinte cozinhas industriais, vinte e cinco cozinhas industriais. Fomos atrás de tentar entender como estava sendo feito o licenciamento. E acho que o que o Marcelo trouxe é importante.

Aproveito os representantes da Prefeitura, que estão aqui, para que isso seja olhado, porque há essa modalidade de licenciamento, que é o Aprova Rápido. Abaixo de 500 metros quadrados, licenciam pelo Aprova Rápido, que é autodeclaratório. Vão lá e dizem: “Olha, isso aqui é um *coworking*.” E aí se aprova como se fosse um *coworking* e depois, quando está instalada a cozinha, os moradores aqui todos trouxeram a questão, do Brooklin, da Vila Mariana e da Vila Romana. O problema é que quando vão reclamar, é com o fulano que alugou a cozinha e que está fazendo lá o restaurante japonês ou o restaurante do hambúrguer. Então, há um problema de solidariedade na responsabilidade, porque aí licenciam a obra como se fosse um *coworking* e depois cada empreendimento que vai funcionar, naquele lugar, vai ser licenciado, vai ter a licença de operação individual. Então, não se consegue avaliar os impactos cumulativos e sinérgicos, que é o problema que está sendo trazido por todos aqui.

Então, eu gostaria de pedir só atenção para essa questão. A gente tem uma lei de licenciamento. A gente tem instrumentos que poderiam ser utilizados de maneira mais incisiva. Entendendo e tendo a dimensão do tamanho do problema, acho que esses instrumentos poderiam ser mobilizados, para que o licenciamento seja feito de maneira englobada, e não se classificar na obra, como se fosse apenas um *coworking* e depois, no momento de operação, cada cozinha ser licenciada individualmente. Isso não tem o menor cabimento. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Roberto Delmanto Junior, da SOS Panamby.

O SR. ROBERTO DELMANTO JUNIOR – É um prazer. Eminentemente Vereador Paulo Frange e todos que estão me ouvindo, eu sou advogado da Associação Amigos do Panamby. Sou advogado também da Maria Ana Packer, ali na Lapa. E nós temos um problema gravíssimo de conceito. Essas cozinhas industriais são uma verdadeira indústria, e elas, como muito bem disse a Sra. Lucila Lacreta, devem ser classificadas na categoria Ind-2.1. Elas não

são NR-2, uso não residencial, que pode ser realizado em uma zona Mista e outras zonas. Elas são indústrias, e essas empresas vão se licenciando como se fosse esse NR, uso não residencial, como se fosse uma pizzaria, como se fosse um McDonald's, como se fosse um restaurante ou uma padaria. Elas não são uma padaria. No Panamby, vão ser 32 cozinhas. Os senhores imaginam o que são 32 cozinhas operando ao mesmo tempo? Se nós multiplicarmos aqui, dez funcionários para cada uma, são, pelo menos, 320 funcionários em dois turnos, trabalhando em espaços diminutos, sem janela. Até há a questão de salubridade, com gás, com risco de explosão. E mais, os motoqueiros, todo mundo defende a categoria. É claro, mas se houver 40 entregas por cozinha, são 1.280 motociclistas/dia. Os senhores imaginam o que são 1.280 motociclistas na porta da sua casa, 1.280? E aí a Prefeitura licencia isso como se fosse um NR-2, como se fosse uma padaria.

Então, assim, há uma omissão sim da Prefeitura. Aqui, no Panamby, o Prefeito Thiago Dias da Silva, o Subprefeito, na época, tinha suspenso o alvará até o término da investigação do Ministério Público. O Sr. Geraldo Rangel, da 3ª Promotoria do Meio Ambiente, tem um robusto inquérito sobre o Panamby e, de repente, mudou-se, autorizou-se essa obra, do dia para a noite. Virou-se. O então prefeito regional foi exonerado no dia seguinte. Afirmou para mim que não sabia dessa autorização, porque foi feito sem S.Exa. saber, porque tinha determinado dada ordem para aguardar o Ministério Público antes de liberar essa obra; e hoje a *dark kitchen*, da *kitchen* central, no Panamby, está sendo construída, debaixo da janela das pessoas, essa verdadeira indústria. Vão reclamar na Prefeitura e dizem: "Não, mas eu estou de mãos atadas, porque é NR-2." Como? Não é NR-2. Nós juntamos um laudo do grande perito, Sr. Tito Lívio Gomide. Nós juntamos laudos de engenharia que atestam ser indústria.

Nobre Vereador Paulo Frange, inclusive eu vou franquiar esse laudo. Já encaminhei esse laudo à Vereadora Cris Monteiro ontem, mostrando que é indústria. Então, a premissa terrada não é NR-2. É indústria. Aliás, Barcelona - eu coloquei o *link* aqui - proibiu essas indústrias em áreas da cidade de Barcelona. Se Barcelona proibiu, por que São Paulo não pode proibir? Por que São Paulo admite isso? Nós somos piores do que Barcelona? Por

que nós não podemos ter uma qualidade de vida em nível da Europa? Não, aqui se admite tudo, ou seja, a Prefeitura tem sim já mecanismos.

Srs. Vereadores, nós precisamos que se exija realmente estudo de impacto de vizinhança, estudo de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental e atuação da Cetesb.

V.Exas. imaginam o que é lavagem de gordura de 32 cozinhas, com produtos químicos, para tirar gordura disso tudo? Isso vai contaminar o solo. Onde fica isso? Quer dizer, nós estamos vivendo uma selvageria, uma selvageria. A Prefeitura, os técnicos estão de mãos atadas. Não, parece que a pessoa se autodeclara NR-1 ou NR-2. É uma tabelinha aqui. OK. É um *checklist*, e aprovam? Não existe licenciamento ambiental? Onde está o artigo 108 da LPUOS? É como se nada houvesse, e estão aí operando, trazendo essa desgraça para a vida das pessoas. Vão virar cidades fantasmas. Olhem o que eu estou dizendo. Ao lado dessas *dark kitchens*, quem aluga está deixando de alugar. Quem puder se mudar, se mude. Vão virar prédios fantasmas. Ao entorno dessas *dark kitchens*, haverá edifícios fantasmas. Sabem na China, em Shanghai, e em algumas cidades da China, onde há prédios fantasmas? É o que vai acontecer nos prédios ao entorno dessas monstruosidades que estão cometendo na janela das pessoas. E só pode haver isso em área que se permita indústria.

Eu agradeço a todos e espero ter sensibilizado esta Casa de Leis, porque a situação, como está, não pode continuar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Alexandre Tomazi.

O SR. ALEXANDRE TOMAZI – Eu tive contato com a sondagem do terreno no Panamby. A gente mora em frente, bem em frente à janela, onde está se instalando a *dark kitchen*, e dois anos antes - isso aí foi bem no começo de 2020 - comentei com o Delmanto e falei: “Olha, Delmanto, tem um movimento aqui.” Descobri que é uma *dark kitchen*, e o entorno todo foi comunicado e ninguém acreditava que isso seria possível, por se tratar notoriamente de uma indústria. Todos ficaram pasmos quando a obra começou. Dois anos depois se passaram e as obras começaram, desrespeitando toda e qualquer norma que já foi

citada aqui em larga escala. Eu acho que essa foi a principal contribuição que eu poderia ter dado aqui hoje, porque ninguém acreditava. Assim como a Lapa foi pega de surpresa, assim como Paraíso comunicou que foi pego de surpresa, como as autoridades estão de mãos atadas, para impedir e coibir essa ação?

Então, por favor, eu acho que o Poder Público está aqui. Pode sim fiscalizar, pode sim atuar, pode proibir o funcionamento das que estão já funcionando, e pode parar imediatamente as obras que estão em andamento.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Camila Montinelli Passi.

A SRA. CAMILA MONTINELLI PASSI – Eu sou moradora do Panamby. Eu não pude estar presente, mas eu só queria agradecer a todos os colegas que colocaram nossas angústias. Agradeço ao nosso advogado. Imploro a V.Exas. que façam uma lei, que pensem em todos e que não sejam só favorecidos os grandes empreendedores.

É isso. A gente precisa pensar na qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente, e não é simplesmente chegando com esse capitalismo selvagem, para destruir a vida das pessoas. A gente tem que pensar em todos.

Eu peço encarecidamente que V.Exas. olhem por nós, porque a gente depende disso. OK?

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Patrícia Penna Saraiva, Subprefeita de Santo Amaro. Muito obrigado pela sua presença.

A SRA. PATRÍCIA PENNA SARAIVA – Bom dia a todos, Srs. Vereadores. Queria agradecer o Vereador Rodrigo Goulart pelo convite. Queria esclarecer que, em Santo Amaro, foram licenciadas duas obras pela SMUL. A gente não sabia. Estão aqui alguns representantes da Vila Alexandria, que, há seis meses, acompanham comigo o término da construção, para eu

poder fazer alguma coisa. A de Santo Amaro está fechada, porque não saiu a licença. Então, foi fechada. E a da Vila Alexandria algumas cozinhas conseguiram licenciamento eletrônico, porque, como já falaram aqui, ele é autodeclaratório.

Nós fizemos uma solicitação. Foi solicitado a todas as cozinhas licenciadas, na Vila Alexandria, que apresentassem a documentação do que eles declararam possuir, e eles não possuem a licença da edificação, porque toda licença de cada uma das cozinhas, para conseguir obter a sua, é preciso apresentar a da edificação. Existe a edificação principal e a edificação acessória. As cozinhas são edificações acessórias, e para elas serem licenciadas, elas vão precisar da edificação da principal, que seria a matriz.

Então, todas as cozinhas da Vila Alexandria vão ter um processo de cassação por desvirtuamento e também pela falta da licença da edificação principal. (Palmas)

Eu cheguei atrasada. Então eu não sei se foi falado se existe um projeto de lei que foi protocolado para regulamentação. É o projeto de lei 308/2022, protocolado no dia 27 de abril. Foram ouvidos alguns representantes de Santo Amaro – o documento foi levado para quem estava redigindo o projeto de lei – e eu acredito que a Adriana, representante da Associação dos Amigos do Panamby, também foi ouvida a respeito. Salvo melhor juízo e se eu não estiver enganada, foram ouvidos alguns representantes do Panamby e alguns de Santo Amaro sobre esse projeto de lei, e eu acho que as observações sobre o Código de Obras e da legislação ambiental deveriam ser acopladas ao projeto de lei a fim de melhorá-lo, pois o texto aborda o zoneamento, a limitação de quantidade de acordo com o zoneamento.

Acho que caberia anexar esses documentos ao projeto de lei para tentar melhorá-lo ou até para, talvez, proibir tudo; porém, levando-o em consideração, porque já existe e porque foram ouvidos alguns moradores que falaram a respeito da sua necessidade e da opinião sobre a existência na sua região.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Patrícia.

Nós temos reunido o máximo de informação possível para que nós tenhamos um

projeto de iniciativa do Executivo que não traga risco de vício de iniciativa de um projeto de zoneamento, com Código de Obras e com CNAE para que nós possamos, de repente, ter judicializado isso depois. O Felipe, com certeza, será signatário de um projeto que virá do Prefeito, e a ideia é que nós construamos um projeto que tenha o maior número possível de Vereadores autores juntamente ao Executivo, um substitutivo que será construído em conjunto.

Essa é a ideia principal, mas depois nós vamos buscar juntar informações que já constam do projeto protocolado, como as que nós estamos colhendo aqui na Comissão de Política Urbana.

O próximo orador é o Sr. Cezar Vinicius Minari. (Pausa) Eliane Bianchi. (Pausa) Patricia Lara. (Pausa) Sergio Paulo Quintanilha Camargo. (Pausa) Linda Yazbek Rivitti. (Pausa) Cecilia Jardins Simões. (Pausa) Guilherme Pace. (Pausa) Alexandre Tomazi. (Pausa)

Indago a Vereadora Cris Monteiro se gostaria de fazer uso da palavra.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Boa tarde a todos. De fato, eu já fiz alguns apontamentos mais cedo e é muito lamentável escutar todo o reporte e incomodidade que os senhores vêm sofrendo. Em particular, o que me deixou bastante incomodada foi o fato de essas empresas *dark kitchens* fazerem uso de uma falha na legislação quanto à questão ética da SG. Isso é absolutamente lamentável. Eu sou uma pessoa que defende o empreendedorismo, e vários dos senhores são empresários. Como eu tenho um cunho liberal, a minha ideia é, sim, que nós produzamos riqueza e emprego, mas, obviamente, tudo dentro dos limites da ética e da legislação, que não é o caso, como nós vimos descobrindo.

Lamentável também é que não tenha comparecido ninguém de uma das cozinhas – acho que apenas um rapaz, cujo nome eu acabei não escutando – para ouvir os senhores moradores que estão sendo impactados, para que pudessem se posicionar diante de todos esses depoimentos.

Quero firmar com todos os senhores o compromisso de trabalhar com o Executivo na construção desse projeto. Inclusive fiquei sabendo que vai sair um decreto. Um pouquinho antes desta reunião, eu conversei com o Vereador Paulo Frange, que passou todo o dia de

ontem na SMUL na construção desse projeto, e ele me deu a informação que vai tentar obter o maior número possível de Vereadores coautores, e eu serei uma. Eu tenho um projeto que eu vou retirar, porque o projeto que virá será muito mais amplo do original, cuja ideia era fazer uma contenção de danos, mas, obviamente, não será suficiente para conter todos eles.

Por isso, eu tomei a decisão de não mais tramitar o meu projeto. (Palmas) Como se diz, de boas intenções o inferno está cheio, mas eu espero não ir para o inferno, porque todos os senhores que falaram comigo pelas minhas redes sociais e pelo WhatsApp estão me conhecendo hoje, e isso é muito importante. O que eu falo sempre é que não dá para criminalizar a política, e a voz dos senhores – que estão deixaram de estar nos seus empregos, nas suas casas com a família, que deixaram os filhos na escola para estarem aqui – é muito importante. É disto que nós precisamos: uma parceria do Poder Público com o cidadão. É dessa forma que nós construímos leis melhores e enquadrámos as pessoas que estão fazendo mau uso da lei ou se utilizando de suas brechas.

Meu compromisso está firmado com os senhores. Muito obrigada mais uma vez eu um abraço a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, primeiramente cumprimento V.Exa. e todas as senhoras e os senhores. O problema que os senhores têm enfrentado é extremamente difícil, mas, uns tempos atrás, nós estávamos exatamente discutindo essa questão na Vila Mariana. A legislação abarca a questão da incomodidade, como a emissão de ruídos, de horário de carga e descarga, de vibração, de potência elétrica instalada, de emissão de radiação, de emissão de odores dos gases, de valores, de material particulado e de emissão de fumaça, e o que nós observamos é que todos esses parâmetros elencados na legislação constam desse problema e, sem dúvida alguma, a Câmara Municipal de São Paulo tem que se dedicar na busca de uma regulamentação específica para as *dark kitchens*, que têm crescido cada vez mais na Cidade.

É chegada a hora, portanto, de esta Casa se aprofundar nessa questão e

apresentar como prioritária, e o mais rápido possível, a sua discussão, assim como ela tem feito com o problema dos decibéis no Allianz.

Basicamente era isso o que eu tinha a falar, além de me colocar à disposição de todos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Aurélio Nomura.

Suspendo esta sessão por um minuto para abrir a outra, conforme pede o Regimento.

- Suspendo, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Deputado Federal Goulart.

O SR. ANTONIO GOULART – Boa tarde. Nas pessoas do Presidente Paulo Frange e do meu filho, Vereador Rodrigo Goulart, cumprimento cada um dos Srs. Vereadores.

Todas as questões que foram trazidas aqui pela comunidade têm que ser respeitadas, e a cidade de São Paulo não é a casa da mãe Joana. A função da Câmara Municipal de São Paulo é fazer leis e que elas sejam cumpridas e, daquilo que nós discordarmos, nós temos que mudar.

Eu fui Vereador em São Paulo por cinco mandatos, assim como o Vereador Paulo Frange, e esta Casa é a representação da sociedade. Nenhum Vereador vem para cá sem voto e, a partir do momento que toma posse, se torna representante de todos os segmentos da sociedade. Verear é legislar, e os vereadores refletem os sentimentos da sociedade. Portanto, o que não é bom para a sociedade, nós não podemos aceitar.

Certamente essa construção de uma legislação enxuta contará com a participação de todos os senhores e senhoras, e essas cozinhas que foram instaladas serão demolidas a bem da comunidade e da sociedade.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Deputado Goulart.

Há sobre a mesa um documento de autoria de Renata Esteves. Aproveitando que

nós temos número, vamos deliberá-lo agora nesta reunião.

- É lido o seguinte: *(Documento de autoria da Sra. Renata Esteves. Requer que seja suspensa a aprovação de novos pedidos de instalação de dark kitchens até que seja aprovada uma legislação específica).*

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Como nós temos um representante do Executivo e há número suficiente de Srs. Vereadores presente nesta reunião, esse documento da Sra. Renata será transformado em um requerimento pela nossa assessoria técnica e encaminhado ao Executivo ainda na data de hoje.

A SRA. RENATA ESTEVES – Só para todos entenderem, esse documento está em nome do Movimento Defenda São Paulo e versa sobre a suspensão de todos os processos administrativos que requisitam aprovação de edificação e licenciamento das denominadas *dark kitchens* até que esse assunto não seja amplamente discutido e resolvido. Aproveito a presença da Subprefeita de Santo Amaro para reforçar o fato, por ela reportado, das declarações falsas que estão dadas em processos de licenciamento. Para serem desburocratizadas as atividades, esses processos acabaram sendo eletrônicos e autodeclaratórios, e existe uma quantidade imensa de licenciamentos, já levantados pelo Movimento Defenda São Paulo e por outras entidades, contendo declarações falsas, e a Prefeitura, com todo o respeito, não tomou providências.

Lembro também que uma declaração falsa em documento público é crime previsto no artigo 299 do Código Penal, e a Prefeitura, como órgão da Administração Pública, é obrigada a apurar, a punir e a cancelar todos esses alvarás imediatamente, e tem, sim, condição de fazê-lo.

Muito obrigada.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito bem.

Peço à assessoria que faça a transcrição, na íntegra, desse documento.

Passo, neste momento, para a apreciação do documento pelos Srs. Vereadores membros da Comissão de Política Urbana.

Os Vereadores que concordarem com o requerimento de autoria do Movimento Defenda São Paulo, redigido pela Sra. Renata Esteves, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado.

A assessoria vai encaminhá-lo ao Executivo.

Vereador Donato, V.Exa. gostaria de fazer uso da palavra? (Pausa) Não. Vereadora Silvia? (Pausa) Não.

Passo a palavra, então, para o Líder do Governo, Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Presidente Paulo Frange, membros da Comissão de Política Urbana, demais presentes, bom dia. Esse é um assunto importante e, como morador da Lapa, próximo à Rua Clélia, eu fui muito procurado por moradores da região que me relataram o problema na região. Sei também que essas cozinhas têm trazido problema para toda a Cidade, mas, como foi bem esclarecido pela fala do Presidente Paulo Frange, esse é um assunto para o qual o Executivo já tem algumas considerações sendo estudadas e, quiçá, depois das propostas advindas da sociedade nesta audiência pública e com a experiência dos membros desta Comissão, nós vamos nos debruçar em mais um projeto que, com certeza, trará para a Cidade uma legislação e um regulamento que ofereça à Municipalidade a possibilidade de fiscalização e, para os moradores do entorno, a adequação àquilo que é necessário. Então, que a lei dê essa tranquilidade, porque nós sabemos os transtornos que estão sendo causados a muitos.

É grande a responsabilidade com os vários projetos advindos do Executivo, e com esse não vai ser diferente; inclusive o Sr. Prefeito já deu uma entrevista a respeito desse assunto. Então, será com muita responsabilidade e com muita transparência que nós vamos nos debruçar nesse assunto e discutir com os senhores uma proposta para a Cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Fabio Riva.

Informo que nós encaminhamos o convite ao Ministério Público, mas eu não sei se algum representante está presente aqui. (Pausa) Apesar de não ter mandado um representante, ele está acompanhando as nossas audiências públicas.

Vereador André Santos, V.Exa. gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. ANDRÉ SANTOS – Sr. Presidente, eu só gostaria de cumprimentar todos e pedir desculpas pelo meu atraso devido a um outro compromisso previamente agendado.

Eu acho que nós da cidade de São Paulo precisamos ter organização em tudo. Há várias pessoas que já foram multadas diversas vezes por determinadas atitudes que tomaram, de construções. Por exemplo, vários ambulantes sofrem hoje porque, muitas vezes, há uma fiscalização ativa, e a fiscalização é um dever, e se estiver realmente acontecendo algum tipo de irregularidade e esse segmento está causando transtorno para as pessoas.

Eu acho que é dever da Câmara Municipal trabalhar essa questão, e a do Executivo é fazer a sua parte definindo os padrões para uma legislação correta e diretamente ligada a esse tipo de assunto a fim de restabelecer a tranquilidade para a comunidade, assim como para aqueles que têm como fonte de renda esse tipo de atividade.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Informo que não há mais inscritos.

Como Presidente da Comissão, responsável por conduzir os trabalhos e por coletar informações, neste momento, a sabedoria manda que nós tenhamos bastante paciência, porque, pelo que nós ouvimos hoje aqui, o tema é muito mais complexo. Como Comissão de Política Urbana, nós podemos garantir a vocês que esse projeto será tratado com o máximo de cuidado, principalmente na oitiva de vocês.

Precisamos contar com vocês nas próximas audiências públicas, porque o projeto já foi apresentado pelo Governo, e pelo menos duas audiências públicas são obrigatórias; se

for o caso, haverá mais.

Antes de encerrar os trabalhos, passo a palavra ao autor do requerimento que deu origem a esta audiência pública, Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Sr. Presidente, primeiramente cumprimento todas e todos de todos os movimentos, representantes de bairros como o Panamby, o Paraíso, a Vila Mariana, a Lapa, Santo Amaro e o Brooklin, que fizeram contato com o meu mandato e com os mandatos dos Srs. Vereadores membros da Comissão. Vários desses movimentos estão em contato com o nosso mandato e, por isso, fizemos o requerimento para esta audiência pública. Procuramos o Executivo, tivemos uma reunião na Prefeitura com a ciência do Prefeito Ricardo Nunes que também entendeu a importante demanda e o sério problema que a Cidade tem com essas *dark kitchens*.

Eu que sou um empresário do setor de bares e restaurante sei também do lado do empreendedor como é que deve ser feito, só que defendemos, inclusive na associação na qual sou Diretor, a Abrasel São Paulo, que todos tenham as mesmas exigências. Se um bar e restaurante tem uma exigência para funcionar, também uma *dark kitchen* tem as suas exigências a serem cumpridas.

Não vou falar de todos os problemas porque cada um dos senhores e senhoras explicaram muito bem aqui e expuseram todas as dificuldades. Estive na *dark kitchen* que estava para ser construída lá no Panamby. Estive lá inclusive gravando um vídeo que eu acho que alguns dos Senhores tiveram acesso. É uma aberração uma construção com aquela.

Depois vou passar até o vídeo para os Vereadores. Entre três prédios, no meio do Panamby, uma construção. São mais de três, quatro prédios. Um terreno que não deve ser barato. A opção dessa construtora, do empreendedor ter feito ali uma *dark kitchen*.

Então, temos alguns problemas. Primeiro, o problema do empreendedor que temos de regulamentar e exigir deles - não negar apenas a instalação - para que ele possa se colocar e se instalar.

A questão do morador da comunidade. O morador tem dois papéis: ele é cliente do

aplicativo, do restaurante ou do *delivery*, mas também é vizinho e tem as importunações todas não só com a fumaça, os gases, mas também com a incomodidade da carga e descarga, a movimentação dos entregadores.

Temos também esse problema dos entregadores. Eles não são só o problema para cada um de nós, inclusive a questão da segurança que a gente tem tratado na Câmara. A Câmara, antes desse movimento do Governo do Estado, já tratava essa questão dos entregadores na questão da segurança, de higiene, a questão sanitária do próprio entregador.

Sabemos que na grande maioria desses lugares ele não consegue nem lavar a mão. Imagine só fazer a sua necessidade fisiológica. Então, são vários desses pontos que estamos tratando junto também com a Executiva esse pedido do Prefeito Ricardo Nunes.

Quero aproveitar e cumprimentar a Daniella, representando a SMUL, e também a Patrícia, representando a SMSub.

Vou resumir agora para finalizar. Devemos apontar tudo isso que vocês falaram dos problemas, devemos pensar nas soluções. Eu tenho algumas sugestões como limite do número de instalações dessas cozinhas em cada um dos empreendimentos, além de considerá-los como realmente industriais – que eles só podem se instalar em zonas industriais ou um local que estabelecermos junto com o Executivo, com as técnicas competentes para isso.

Também tem de ter uma renovação de licença de funcionamento periódica para que seja feita a apresentação dos laudos na questão de poluição, que já está prevista inclusive no quadro 4B, da Lei de Zoneamento. A exigência das vagas para as cargas e descargas dos caminhões. Também a previsão de área de estacionamento e permanência dos entregadores dentro do lote. Porque a rua não comporta esses entregadores e a culpa também não é da rua que esse estabelecimento foi instalado lá. Além disso tudo, a exigência da largura mínima da via.

Como a Dona Bete bem disse, aquela rua do Panamby e várias outras da cidade não comportam um empreendimento como esse.

Como ouvimos, se não me engano a Sub da Lapa fez uso da palavra e também a Sub de Santo Amaro e nas palavras da Patrícia vimos que é possível, sim, já com a legislação vigente fazermos alguma coisa.

Então, cabe a nós, Vereadores, estarmos juntos com Executivo, assim como a Patrícia já tomou diversas atitudes lá em Santo Amaro, também cobramos das secretarias essas fiscalizações.

Inclusive, temos de dar ciência dessa audiência pública à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente que eles já podem fiscalizar a questão do odor e a questão da emissão de partículas no ar. Isso já cabe a eles fiscalizar.

E a Secretaria de Subs, aproveitando a participação da Patrícia, que representa o Modonezi, que devemos fazer uma conversa com ele para que possamos fiscalizar a questão do barulho, da exaustão e refrigeração, principalmente; a questão da falta de local para carga e descarga dos produtos, que causa o transtorno não só e incomodidade, mas também transtorno do trânsito. Então, seria SMSub e a Secretaria de Trânsito e Transporte. Além da falta de local apropriado para os entregadores que a gente pode também além da questão do parâmetro de incomodidade que já está previsto no quadro da Lei de Zoneamento, também a questão de higiene. Então, envolver também a Vigilância Sanitária.

Eu, como proprietário de bar e restaurante, sei que esses locais também precisam dessa licença da Vigilância Sanitária. Então, que possamos envolver todos esses membros do Poder Executivo. Além dessa medida que já tomamos do requerimento de suspender qualquer nova atividade, também podemos já fiscalizar antes dessa nova regulamentação, pois temos o compromisso do Prefeito Ricardo Nunes com cada um dos Vereadores de termos, muito em breve, uma nova regulamentação para as *dark kitchens* e dar o sossego necessário e merecido para cada um dos senhores e das senhoras. (Palmas).

Alguém que fez uso da palavra falou da questão de omissão. Vocês podem ter certeza de que na Câmara Municipal de São Paulo não haverá omissão nem dos Vereadores que estão aqui, como também dos demais 55. Também estamos cobrando o Executivo e o

Executivo já tem esse compromisso com os nossos mandatos e com cada um dos cidadãos que estão aqui. Parabéns a todos e “sim” à regulamentação das *dark kitchens*. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Goulart.

Patrícia, quer fazer uso da palavra? Daniella. Tá ok.

A SRA. DANIELLA LUCAS RICHARDS – Só para encerrar e colocar aqui a palavra da Prefeitura.

A Prefeitura acolhe, como tem acolhido as reclamações, as reivindicações de vocês. Ao tomarmos conhecimento, via ofício, das denúncias iniciamos discussões a respeito do tema. Trata-se de uma situação realmente nova, como todos apontaram, cujo impacto cumulativo não havia sido previsto na legislação originalmente, demandando claramente uma regulamentação no que nos empenhamos a trabalhar com todas as partes envolvidas de forma a dar o melhor retorno à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Vereadora Ely Teruel está nos assistindo desde o início, membro da Comissão de Política Urbana, Vice-Presidente da Comissão. V.Exa. gostaria de falar alguma coisa agora?

A SRA. ELY TERUEL – Estou muito feliz em poder participar. Estou no trânsito em algumas agendas, mas estou atenta a essa questão.

Como o Vereador Goulart falou, a Câmara Municipal não terá...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

A SRA. ELY TERUEL – O sinal está um pouco ruim, então, muito obrigada por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigada, Vereadora.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, a contribuição, a colaboração, a paciência. Que tenham todos uma boa tarde e um bom almoço também.

Está encerrada a presente audiência pública.